

Coama quer avaliar riscos

O projeto da Caesb de despoluição do Lago Paranoá já tem nove anos de discussão, concepção e dificuldades financeiras, mas ainda corre o risco de não sair do papel. É que a Curadoria Especial do Meio Ambiente instaurou um inquérito civil para apurar as responsabilidades da Caesb, que se nega a apresentar o Relatório sobre os Impactos Ambientais (Rima) que o projeto pode provocar. O pedido para abertura do inquérito foi encaminhado pela Associação Brasileira do Meio Ambiente, no início deste mês.

O presidente da Coordenadoria para Assuntos do Meio Ambiente (Coama) — órgão que analisaria o relatório —, Benjamin Sicsu, questiona a atitude da Caesb. "Quem não deve, não teme", desafiou Sicsu, que quer ver a lei cumprida. Segundo ele, a Caesb seria a primeira empresa a não apresentar o Rima, desde a sua regulamentação. O relatório, lembra Sicsu, é uma resolução do Con-

selho Nacional do Meio Ambiente, e está incluído no anteprojeto da nova Constituição.

Polêmica

Mas o presidente da Caesb, Willian Penido, alega que este relatório é desnecessário porque o projeto de despoluição já foi aprovado por três comissões, uma inclusive com anuência do próprio Sicsu.

Benjamin Sicsu diz que concordou com o projeto na época porque os técnicos da Caesb, autores do projeto, omitiram várias informações, entre elas, a de que havia outros meios para despoluir o Lago, além da reformulação das estações de tratamento de esgoto. Ele lembra ainda que, em uma reunião recente, com o governador José Aparecido, que contou com a participação de técnicos da Coama, Caesb e de outros órgãos, ficou acertado que a Companhia de Água e Esgotos de Brasília faria o relatório de impacto ambiental da obra. Isso, porém, não aconteceu.